CORREIO POLÍTICO

POR **RUDOLFO LAGO**

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Damares já se posicionava a favor do fim da escala 6x1

Não será surpresa aprovação unânime do fim da 6x1

Quando na manhã desta terça-feira (13) o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro disse, após visitar seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, que iria votar a favor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a escala de trabalho 6x1, foi como se a bancada de oposição no Senado soltasse a respiração presa nas últimas semanas. Um grande suspiro de alívio. Uma posição favorável à extinção do fim do regime que dá apenas um dia de folga por semana ao trabalhador já era algo sentido na maioria das bancadas de direita. Poucos, porém, externavam essa posição para não gerar constrangimentos com Flávio que, antes, seguia defendendo a ideia de um sistema semelhante aos dos Estados Unidos, onde as pessoas recebem por hora trabalhada. Uma das poucas que já dizia que votaria a favor da PEC pondo fim à escala de trabalho 6x1 era Damares Alves (Republicanos-DF).

"A mãe quer ir ao culto no domingo"

Damares disse ao Correio Político que nunca aprovou a ideia de Flávio Bolsonaro da tal "liberdade plena" ao trabalhador. A proposta de Flávio, baseada no sistema americano, era no sentido de que a negociação entre empregador e empregado fosse livre. "Quem quiser trabalhar mais, trabalha", chegou a dizer Flávio. Damares afirma que todo o seu tempo como pastora evangélica lhe deu a impressão de que isso não seria algo justo. "A mãe quer ir ao culto no domingo", justifica ela.

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO

Torcida da oposição é que Alcolumbre não acelere a tramitação

Uma relação desigual

Pressionada pela necessidade, talvez essa mãe se visse obrigada, diz Damares, a "pegar uma outra faxina" para pagar suas contas. Um tipo, portanto, de relação desigual, premida pela necessidade, que acaba prejudicando as pessoas mais carentes. Segundo Damares, a campanha de Flávio já vinha refluindo desse posicionamento diante dos argumentos contrários. É possível que Flávio tenha discutido isso com Jair Bolsonaro, mas, segundo a senadora, era uma posição que já se conversava.

Sem segundo turno

Damares, no entanto, espera que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), cumpra o que vem declarando e não apresse a votação, eliminando os interstícios de modo a conseguir que a PEC seja aprovada nos dois turnos antes do segundo turno das eleições presidenciais. "O segundo turno tem que ficar para depois", declarou. "Foi o que Alcolumbre prometeu".

Emenda

Uma possibilidade aventada por Damares seria a apresentação de alguma emenda à PEC. O que obrigaria um retorno da proposta para uma nova rodada na Câmara, retardando mais a aprovação. A emenda poderia ser no sentido de garantir no texto constitucional alguma forma de compensação aos pequenos empresários.

Feirantes

Damares Alves preside a Frente Parlamentar em Defesa dos Feirantes. "Geralmente, o feirante tem mais só uma pessoa que lhe ajuda", diz ela. "Minha preocupação é somente com o custo para essas pessoas, que terão que contratar mais gente sem ter aumento no seu faturamento", continua. "O governo propôs essa PEC sem conversar".

Posterga

De qualquer modo, se é feita uma emenda, a oposição conseguiria postergar o fim da aprovação. Como é uma PEC, qualquer alteração implica retorno à outra Casa do Congresso, para nova votação. "A PEC foi aprovada com tanta facilidade na Câmara", argumenta Damares. "Não haveria problema Alcolumbre combinar".

Com Motta

Aí, curiosamente Damares sugere depois uma quebra de interstício após a emenda. Ela seria feita. E Alcolumbre combinaria, então, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que a nova rodada de votação entre os deputados lá fosse feita no mesmo dia. Depois de passada a eleição, todos os intervalos quebrados.

Cálculo político

No fundo, impossível não perceber que toda a discussão, além da questão trabalhista, envolve os cálculos políticos e eleitorais. Se Damares defende o fim da 6x1 no mérito, talvez não seja assim para todos os senadores de direita. Mas nenhum deles quer entregar de mão beijada a Lula um trunfo eleitoral para explorar no segundo turno.

Presente eleitoral

Nem arcar com o desgaste de ficar contra algo que as pesquisas apontam ter a aprovação de mais de 70% da sociedade brasileira. Ficam, então, os partidos de oposição nessa saia justa. Torcendo para que agora Alcolumbre cumpra o que prometeu e não acelere a votação do fim da escala 6x1 dando esse presente eleitoral a Lula.

CARLOS MOURA/AGÊNCIA SENADO/RICARDO STUCKERT

Na busca por mais votos, Flávio e Lula miram microempreendedores

Em reta final de campanhas, Lula e Flávio miram em MEIs

Pacote de renegociação de dívidas versus menos burocracia

Por **Gabriela Gallo**

Faltando menos de duas semanas para o segundo turno das eleições gerais, em 25 outubro, os candidatos à presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ) focam nos últimos dias de suas campanhas eleitorais para atrair mais eleitores, já que no primeiro turno a diferença de votos entre os candidatos não chegou a 2%.

Nesta terça-feira (13), o presidente Lula anunciou um pacote com cinco novas medidas voltadas para Microempreendedores Individuais (MEIs). Diante da proximidade do segundo turno, a medida é interpretada como um novo pacote de bondades do governo federal, mirando na reeleição do petista. As propostas visam reduzir o endividamento, ampliar o acesso a recursos para investimento, aumentar o teto de faturamento e simplificar as regras para pequenos negócios.

O poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar que prevê o perdão das dívidas acumuladas pelos MEIs com o governo federal. Outra medida enviada ao Congresso solicita o aumento do teto de faturamento anual do MEI de R$ 81 mil para R$ 110 mil por ano. Além disso, o governo também anunciou a negociação das dívidas privadas dos microempreendedores no programa Desenrola 3.0, através das compras de débitos junto a bancos e instituições financeiras. Também foi assinado um decreto que determina a não obrigatoriedade de emissão de nota fiscal em operações com pessoas físicas. Finalmente, o pacote também cria o Pix MEI, que permite repasses de até R$ 5 mil para aquisição de equipamentos e melhorias capazes de ampliar a produção, a renda e o faturamento dos negócios.

Também mirando nos MEIs, nesta terça-feira, durante participação do Grande Encontro do Associativismo (evento que reúne representantes do setor produtivo), Flávio Bolsonaro declarou que, se eleito, montará uma equipe comprometida em "tirar o peso do Estado de quem quer empreender".

"Eles vão fazer de tudo para tirar essa burocracia, e o primeiro dos [atos] que já está pronto é revogar mais de mil atos normativos desse governo, que só [quer] criar burocracia, só serviram para que alguns maus fiscais fossem achacar os empreendedores desse país", disse Flávio.